

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ**

**EDITAL Nº 03/2016**

**Retifica o Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições e retifica o Anexo IV – Programa e Bibliografia do Edital nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições.**

O **Prefeito Municipal de Xangri-lá**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, por este Edital, que retifica o Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições e o Anexo IV – Programa e Bibliografia e torna público, por este Edital, o que segue:

1. Retifica-se o subitem 3.3.4. do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, considerando o elevado número de candidatos inscritos, a quantidade de escolas disponíveis e a logística necessária para a aplicação das Provas Objetivas dos Concursos Públicos e Processo Seletivo Público, conforme segue:

**Onde se lê:**

**3.3.4.** As Provas Objetivas serão aplicadas no mesmo dia para todos os cargos/emprego, nos seguintes turnos:

Turno	Cargos/Emprego
Manhã	Nível Superior
Tarde	Níveis Médio, Técnico e Fundamental

**Leia-se:**

**3.3.4.** As Provas Objetivas serão aplicadas em dias diferentes, observados os seguintes turnos:

Turno	Cargos/Emprego
Manhã	Nível Superior
Tarde	Níveis Médio, Técnico e Fundamental

2. Retifica-se o Programa e Bibliografia da Prova de Legislação para os Cargos de Nível Superior (Comuns aos cargos: 01 – Administrador(a) de Empresas; 02 – Advogado(a); 03 – Arquiteto(a); 04 – Assistente Social; 05 – Assistente Social – ESF; 06 – Bibliotecário; 09 – Contador(a); 12 – Engenheiro – Hab. Engenharia Cartográfica; 15 – Instrutor(a) Musical; 17 – Médico(a) Veterinário(a); 20 – Pedagogo(a) Social; 21 – Procurador(a); 33 – Psicólogo(a)), subitem 1.2.1. do Anexo IV do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, conforme segue:

**Onde se lê:**

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993** (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Do orçamento (Arts. 86º a 126º).

**Leia-se:**

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993** (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º).

Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Dos Orçamentos (Arts. 86 a 92). Capítulo IX, Seção I – Da Educação (Arts. 93 a 99). Seção II – Da Cultura (Art. 100); Seção III – Do Desporto (art. 101); Seção IV – Do Turismo (arts. 102 a 106); Seção V – Do Meio Ambiente (Arts. 107 a 109); Seção VI – Da Saúde (Arts. 110 a 119); Seção VII – Do Bem Estar Social (Arts. 120 a 122) e Seção VIII – Da Segurança (Arts. 123 a 126).

**3.** Retifica-se o Programa e Bibliografia da Prova de Conhecimentos Específicos para o Cargo 02 – Advogado(a), subitem 1.4. do Anexo IV do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, conforme segue:

**3.1. Direito Constitucional:** exclui-se do Programa de Direito Constitucional o item 25 “*Ações de rito ordinário, sumário e especial. Petição inicial. Defesas do Réu: contestação, exceções, reconvenção. Recursos. Reclamação. Representação. Tutelas de urgência: tutela antecipada, tutelas cautelares.*”.

**3.2. Direito Processual Civil:** retifica-se o Programa de Direito Processual Civil a fim de adequá-lo à Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil, conforme segue:

**Onde se lê:**

**Direito Processual Civil (de acordo com a Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil):** 1 Direito Processual: Conceito. 2 As formas de composição dos conflitos. 3 Movimentos de acesso à justiça e a busca pela efetividade do processo. 4 Princípios Gerais do Direito Processual Civil. 5 A Norma Processual. 6 Jurisdição. 7 Desjudicialização. 8 Organização Judiciária Federal e Estadual. 9 Conselho Nacional de Justiça. 10 Ação. 11 Direito de defesa. 12 Competência. 13 Sujeitos do Processo: Juiz. Partes. 14 Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 15 Intervenção anômala da União. 16 Amicus Curiae. 17 O Advogado e o Estatuto da OAB. 18 Advocacia Pública. Defensoria Pública. 19 O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura. 20 Os auxiliares da Justiça. 21 O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico: O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC. 22 Processo. Classificação dos Processos: processo de conhecimento. 22.1 Processo cautelar. 22.2 Processo de execução. 22.3 Modalidades de procedimentos. 23 Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes (Lei 1.060/50 e seu procedimento). 23.1 A Repressão à má-fé na relação processual. 23.2 Responsabilidade por dano processual. 24 Processo Eletrônico. 24.1 A Lei 11.419/2006 e a posição do CNJ. 25 Atos Processuais. 25.1 Teoria Geral e Espécies. Nulidades. 26 Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais. 27 Objeto da Cognição: Questões Prévias. 27.1 Conceito. 27.2 Questão Prévia Preliminar. 27.3 Questão Prévia Prejudicial. 27.4 Questão Principal. 28 Juizados Especiais Cíveis. Juizados Especiais Federais. 28.1 Juizados da Fazenda Pública. 29 Tutela Coletiva. 29.1 Espécies de direitos metaindividuais. 29.2 Princípios da tutela coletiva. 29.3 Inquérito civil. 29.4 Termo de Ajustamento de Conduta. 29.5 Audiência Pública. 29.6 Recomendação. 29.7 Ação de Improbidade Administrativa e a Lei 8.429/92. 29.8 Ações Coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). 30 Mecanismos de Solução Alternativa de Conflitos: Negociação. Conciliação. 30.1 Mediação. 30.2 Arbitragem e a Lei 9.307/96. 30.3 A conciliação e a mediação judiciais. 30.4 A Resolução 125/10 do CNJ. 31 Processo de conhecimento. 31.1 Petição Inicial. 31.2 Valor da causa. 32 Citação. 32.1 Efeitos da citação. Modalidades: correio, oficial de justiça, hora certa, edital, eletrônica. 33 Formação e suspensão do processo. 33.1 Estabilização da demanda. 33.2 Suspensão própria e imprópria. 34 Resposta do réu. 34.1 Espécies de defesa. 34.2 Exceção. 34.3 Contestação. 34.4 Reconvenção. 35 Impugnação ao valor da causa. 35.1 Impugnação à concessão da gratuidade de justiça. 35.2 Revelia. 36 Providências Preliminares. 36.1 Efeitos da revelia. 36.2 Declaração incidental. 36.3 Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 36.4 Alegações do réu. 37 Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo. 37.1 Julgamento antecipado da lide. 37.2 Audiência preliminar. 37.3 Despacho saneador. 38 Extinção com e sem resolução de mérito. 38.1 Sentença definitiva e terminativa. 38.2 Coisa julgada material e formal. 39 Tutelas de Urgência: Tutela Antecipada, Tutela Cautelar e Tutela Inibitória. 39.1 A tutela antecipada em face da Fazenda Pública e a Lei 9.494. 40 Teoria Geral das Provas. 40.1 Meios de prova. 40.2 Ônus da prova. 40.3 Provas Ilícitas. 40.4 Prova emprestada. 40.5 Prova indiciária. 40.6 Sistema de valoração da prova. 40.7 Fases do procedimento probatório. 40.8 Poderes probatórios do juiz. 41 Provas em espécie. 42 Audiência de instrução e julgamento (AIJ). 43 Procedimentos: Procedimento comum e especial. 43.1 Procedimento comum ordinário. 43.2 Procedimento sumário. 44 Sentença. 44.1 Elementos essenciais da sentença. 44.2 Sentença liminar. 44.3 Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer, entrega da coisa. 45 Coisa Julgada. 45.1 Formação. 45.2 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 45.3 Preclusão. 46 Teoria Geral dos Recursos Legitimidade e Interesse para recorrer. 46.1 Princípios relativos aos recursos. 47 Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 47.1 Apelação. 47.2 Agravo. 47.3 Agravo Interno ou Regimental. 47.4 Agravo de Instrumento. 47.5 Agravo Retido. 47.6 Embargos Infringentes. 47.7 Embargos de Declaração. 47.8 Embargos de declaração com efeitos infringentes. 47.9 Embargos de declaração prequestionatórios. 47.10 Embargos de declaração protelatórios. 47.11 Uso dos meios eletrônicos. 48 Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 48.1 O uso do processo

eletrônico pelos Tribunais Superiores. 49 Da Ordem dos Processos no Tribunal. 49.1 Criação de súmulas no Direito Brasileiro. 49.2 A Lei 8.038 e as normas procedimentais nos tribunais superiores. 49.3 A Lei 8.658: aplicação da Lei 8.038 aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais. 50 Incidentes e Ações. 50.1 Uniformização de Jurisprudência. 50.2 Declaração de Inconstitucionalidade. 50.3 Homologação de Sentença Estrangeira. 50.4 Ação Rescisória. 50.5 Ação anulatória. 50.6 A Reclamação no Direito Brasileiro. 51 Teoria geral da execução. 51.1 Princípios da Execução. 51.2 Meios de execução. 51.3 As partes na relação processual executiva. 51.4 Liquidação de Sentença. 51.5 Requisitos da Execução. 51.6 Inadimplemento do devedor. 51.7 Título Executivo. 51.8 Modalidades de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial. 51.9 Cumulação de Execuções. 51.10 Responsabilidade Patrimonial. 52 Suspensão e Extinção da Execução. 53 Defesa do Executado: A impugnação. 53.1 A defesa do Executado na Execução Extrajudicial. 53.2 Embargos à Execução contra a Fazenda Pública. 53.3 Embargos à Execução por Carta. 53.4 A Defesa do Executado contra Arrematação, Adjudicação e Alienação. Exceção ou Objeção de Pré-Executividade. 54 Teoria Geral do Processo Cautelar. 54.1 Medidas cautelares específicas. 55 Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. 56 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. 57 Procedimentos especiais previstos em legislação extravagante: 57.1 Usucapião no Estatuto da Cidade. Entendimento do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca de todos esses conteúdos.

### **Leia-se:**

**Direito Processual Civil (de acordo com a Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil):** 1 Direito Processual: Conceito. 2 As formas de composição dos conflitos. 3 Movimentos de acesso à justiça e a busca pela efetividade do processo. 4 Princípios Gerais do Direito Processual Civil. 5 A Norma Processual. 6 Jurisdição. 7 Desjudicialização. 8 Organização Judiciária Federal e Estadual. 9 Conselho Nacional de Justiça. 10 Ação. 11 Direito de defesa. 12 Competência. 13 Sujeitos do Processo: Juiz. Partes. 14 Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 15 Intervenção anômala da União. 16 Amicus Curiae. 17 O Advogado e o Estatuto da OAB. 18 Advocacia Pública. Defensoria Pública. 19 O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura. 20 Os auxiliares da Justiça. 21 O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico: O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC. 22 Processo. Classificação dos Processos: processo de conhecimento. 22.1 Da tutela de urgência. 22.2 Processo de execução. 22.3 Modalidades de procedimentos. 23 Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes (Lei 1.060/50 e seu procedimento). 23.1 A Repressão à má-fé na relação processual. 23.2 Responsabilidade por dano processual. 24 Processo Eletrônico. 24.1 A Lei 11.419/2006 e a posição do CNJ. 25 Atos Processuais. 25.1 Teoria Geral e Espécies. Nulidades. 26 Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais. 27 Objeto da Cognição: Questões Prévias. 27.1 Conceito. 27.2 Questão Prévia Preliminar. 27.3 Questão Prévia Prejudicial. 27.4 Questão Principal. 28 Juizados Especiais Cíveis. Juizados Especiais Federais. 28.1 Juizados da Fazenda Pública. 29 Tutela Coletiva. 29.1 Espécies de direitos metaindividuais. 29.2 Princípios da tutela coletiva. 29.3 Inquérito civil. 29.4 Termo de Ajustamento de Conduta. 29.5 Audiência Pública. 29.6 Recomendação. 29.7 Ação de Improbidade Administrativa e a Lei 8.429/92. 29.8 Ações Coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). 30 Mecanismos de Solução Alternativa de Conflitos: Negociação. Conciliação. 30.1 Mediação. 30.2 Arbitragem e a Lei 9.307/96. 30.3 A conciliação e a mediação judiciais. 30.4 A Resolução 125/10 do CNJ. 31 Processo de conhecimento. 31.1 Petição Inicial. 31.2 Valor da causa. 32 Citação. 32.1 Efeitos da citação. Modalidades: correio, oficial de justiça, hora certa, edital, eletrônica. 33 Formação e suspensão do processo. 33.1 Estabilização da demanda. 33.2 Suspensão própria e imprópria. 34 Resposta do réu. 34.1 Espécies de defesa. 34.2 Contestação. 34.3 Reconvenção. 35 Impugnação ao valor da causa. 35.1 Impugnação à concessão da gratuidade de justiça. 35.2 Revelia. 36 Providências Preliminares. 36.1 Efeitos da revelia. 36.2 Declaração incidental. 36.3 Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 36.4 Alegações do réu. 37 Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo. 37.1 Julgamento antecipado da lide. 37.2 Audiência preliminar. 37.3 Despacho saneador. 38 Extinção com e sem resolução de mérito. 38.1 Sentença definitiva e terminativa. 38.2 Coisa julgada material e formal. 39 Tutelas de Urgência: Tutela Antecipada, Tutela Cautelar e Tutela Inibitória. 39.1 A tutela antecipada em face da Fazenda Pública e a Lei 9.494. 40 Teoria Geral das Provas. 40.1 Meios de prova. 40.2 Ônus da prova. 40.3 Provas Ilícitas. 40.4 Prova emprestada. 40.5 Prova indiciária. 40.6 Sistema de valoração da prova. 40.7 Fases do procedimento probatório. 40.8 Poderes probatórios do juiz. 41 Provas em espécie. 42 Audiência de instrução e julgamento (AIJ). 43 Procedimentos: Procedimento comum e especial. 44 Sentença. 44.1 Elementos essenciais da sentença. 44.2 Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer, entrega da coisa. 45 Coisa Julgada. 45.1 Formação. 45.2 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 45.3 Preclusão. 46 Teoria Geral dos Recursos Legitimidade e Interesse para recorrer. 46.1 Princípios relativos aos recursos. 47 Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 47.1 Apelação. 47.2 Agravo. 47.3 Agravo Interno ou Regimental. 47.4 Agravo de Instrumento. 47.5 Embargos de Declaração. 47.6 Uso dos meios eletrônicos. 48 Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 48.1 O uso do processo eletrônico pelos Tribunais Superiores. 49 Da Ordem dos Processos no Tribunal. 49.1 Criação de súmulas no Direito Brasileiro. 49.2 A Lei 8.038 e as normas procedimentais nos tribunais superiores. 49.3 A Lei 8.658: aplicação da Lei 8.038 aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais. 50 Incidentes e Ações.

50.1 Uniformização de Jurisprudência. 50.2 Declaração de Inconstitucionalidade. 50.3 Homologação de Sentença Estrangeira. 50.4 Ação Rescisória. 50.5 Ação anulatória. 50.6 A Reclamação no Direito Brasileiro. 51 Teoria geral da execução. 51.1 Princípios da Execução. 51.2 Meios de execução. 51.3 As partes na relação processual executiva. 51.4 Liquidação de Sentença. 51.5 Requisitos da Execução. 51.6 Inadimplemento do devedor. 51.7 Título Executivo. 51.8 Modalidades de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial. 51.9 Cumulação de Execuções. 51.10 Responsabilidade Patrimonial. 52 Suspensão e Extinção da Execução. 53 Defesa do Executado: A impugnação. 53.1 A defesa do Executado na Execução Extrajudicial. 53.2 Embargos à Execução contra a Fazenda Pública. 53.3 Embargos à Execução por Carta. 53.4 A Defesa do Executado contra Arrematação, Adjudicação e Alienação. Exceção ou Objeção de Pré-Executividade. 54 Teoria Geral da tutela de urgência. 54.1 Do procedimento da tutela antecipada e da tutela cautelar. 55 Procedimentos Especiais. 56 Dos procedimentos de jurisdição voluntária. 57 Procedimentos especiais previstos em legislação extravagante: 57.1 Usucapião no Estatuto da Cidade. Entendimento do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca de todos esses conteúdos.

4. Retifica-se o Programa e Bibliografia da Prova de Conhecimentos Específicos para os Cargos 10 – Enfermeiro(a) e 11 – Enfermeiro – ESF, subitens 1.12. e 1.13. do Anexo IV do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, conforme segue:

**Onde se lê:**

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso.** Disponível em: <<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>>. Acessado em 13/10/2015.

**Leia-se:**

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso** (disponível em: <<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>>), **atualizado pela Portaria Informativa nº 149, de 2015/CGPNI/DEVIT/SVS/MS** (disponível em [www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota\\_informativa\\_149.pdf](http://www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota_informativa_149.pdf)). Acessado em 18/02/2016.

5. Retifica-se o Programa e Bibliografia da Prova de Legislação comum a todos os cargos de Nível Médio Completo e Técnico Completo (35 – Agente de Cadastro Imobiliário; 36 – Assistente Administrativo; 37 – Auxiliar de Turma; 38 – Cuidador(a); 39 – Fiscal(a) Tributário(a); 40 – Fiscal Sanitário; 41 – Professor(a) – Magistério; 42 – Secretária(o) de Escola; 43 – Técnico(a) de Enfermagem; 44 – Técnico(a) de Enfermagem – ESF), subitem 2.2. do Anexo IV do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, conforme segue:

**Onde se lê:**

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993** (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Do orçamento (Arts. 86º a 126º).

**Leia-se:**

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993** (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Dos Orçamentos (Arts. 86 a 92). Capítulo IX, Seção I – Da Educação (Arts. 93 a 99). Seção II – Da Cultura (Art. 100); Seção III – Do Desporto (art. 101); Seção IV – Do Turismo (arts. 102 a 106); Seção V – Do Meio Ambiente (Arts. 107 a 109); Seção VI – Da Saúde (Arts. 110 a 119); Seção VII – Do Bem Estar Social (Arts. 120 a 122) e Seção VIII – Da Segurança (Arts. 123 a 126).

6. Retifica-se o Programa e Bibliografia da Prova de Conhecimentos Específicos para os Cargos 43 – Técnico(a) de Enfermagem e 44 – Técnico(a) de Enfermagem – ESF, subitens 2.11. e 2.12. do Anexo IV do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, conforme segue:

**Onde se lê:**

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso.** Disponível em: <<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>>. Acessado em 13/10/2015.

**Leia-se:**

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso** (disponível em: <<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>>), atualizado pela Portaria Informativa nº 149, de 2015/CGPNI/DEVIT/SVS/MS (disponível em [www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota\\_informativa\\_149.pdf](http://www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota_informativa_149.pdf)). Acessado em 18/02/2016.

7. Retifica-se o Programa e Bibliografia da Prova de Legislação para o Cargo de Nível Médio Incompleto Cargo 45 – Auxiliar de Disciplina, subitem 3.2. do Anexo IV do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições, conforme segue:

**Onde se lê:**

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993** (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Do orçamento (Arts. 86º a 126º).

**Leia-se:**

**LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993** (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Dos Orçamentos (Arts. 86 a 92). Capítulo IX, Seção I – Da Educação (Arts. 93 a 99). Seção II – Da Cultura (Art. 100); Seção III – Do Desporto (art. 101); Seção IV – Do Turismo (arts. 102 a 106); Seção V – Do Meio Ambiente (Arts. 107 a 109); Seção VI – Da Saúde (Arts. 110 a 119); Seção VII – Do Bem Estar Social (Arts. 120 a 122) e Seção VIII – Da Segurança (Arts. 123 a 126).

8. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital Nº 01/2016 – Edital de Abertura das Inscrições e seus anexos.

Xangri-lá, 09 de março de 2016.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ**

Aos 09 dias de março de 2016.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**ÉRICO DE SOUZA JARDIM,**  
Prefeito Municipal de Xangri-lá em exercício.